

Bruxelas, 21 de outubro de 2025
(OR. en)

14261/25

INST 314
POLGEN 166
AG 162

NOTA DE ENVIO

de: Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine
DEPREZ, diretora

data de receção: 21 de outubro de 2025

para: Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia

n.º doc. Com.: COM(2025) 870 final

Assunto: COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO
COMITÉ DAS REGIÕES
Programa de trabalho da Comissão para 2026
O momento da independência europeia

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 870 final.

Anexo: COM(2025) 870 final



Estrasburgo, 21.10.2025
COM(2025) 870 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Programa de trabalho da Comissão para 2026

O momento da independência europeia

1. Introdução

Desde o início do mandato da atual Comissão, a Europa tem-se confrontado com o mundo mais imprevisível das últimas décadas. Desde as ameaças à nossa segurança e democracia aos riscos para a nossa economia e indústria, passando pelas violações irresponsáveis do nosso espaço aéreo e por tentativas de coerção económica a que assistimos nos últimos meses. Estes desafios surgem numa altura em que a ordem internacional, da qual a segurança e a prosperidade da Europa há muito dependem, se vem desintegrando rapidamente.

Perante esta situação, **este deve ser o momento da independência europeia**. A Europa deve intensificar os seus esforços para garantir e moldar o seu próprio futuro. Para protegermos os nossos cidadãos dos impactos das alterações climáticas e reduzirmos o impacto nos ecossistemas. Para sermos capazes de assegurar a nossa própria defesa e segurança. Para assumirmos o controlo das tecnologias e fontes de energia que alimentam as nossas economias. Para decidirmos em que tipo de sociedade e de democracia queremos viver. Para criar empregos de qualidade numa economia moderna e reforçar o nosso modelo social face a condições demográficas em grande transformação. Para criar um futuro para a indústria europeia e ajudar as empresas em fase de arranque ou de expansão, assim como as pequenas empresas, a prosperarem no mercado único. Para mantermos as nossas normas sociais, digitais e ambientais. Para garantirmos que os agricultores recebem um preço justo pelos seus produtos de elevada qualidade e que são protegidos das práticas comerciais desleais. Para estarmos abertos ao mundo e escolhermos os parceiros a que nos queremos aliar, sejam eles novos ou velhos conhecidos. No fundo, trata-se de termos a liberdade e o poder de determinar o nosso próprio destino.

Para concretizar este objetivo, a Europa precisa de se manter unida. Precisa de tirar partido da sua força coletiva e da sua interação em torno do que nos une. Temos de agir com rapidez e ter consciência de quão urgente é darmos uma resposta às exigências críticas e únicas da fase por que passamos. Precisamos de mostrar firmeza e ambição à escala dos desafios que se perfilam. Devemos centrar-nos no que mais importa para os cidadãos europeus – desde o custo de vida à luta contra a migração ilegal e à proteção do ambiente – e de simplificar a forma como a legislação europeia afeta as pessoas, as comunidades e as empresas. Devemos centrar-nos igualmente em defender a nossa soberania, tanto no domínio digital, como na economia ou na segurança.

É esse princípio que preside ao presente programa de trabalho da Comissão. Tem por base as orientações políticas da presidente von der Leyen, as cartas de missão e as ideias expostas no discurso sobre o estado da União Europeia que proferiu este ano. É igualmente inspirado nas consultas realizadas ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros. Assegura que manteremos o rumo quanto a todos os objetivos acordados coletivamente e que daremos uma resposta adequada a prioridades mais urgentes que possam surgir. Nesse espírito, a Comissão está disposta a trabalhar com todas as instituições e partes interessadas da UE para concretizar as prioridades definidas.

2. Um programa para uma Europa unida e independente¹

O presente programa de trabalho da Comissão é uma mensagem de unidade, um programa que pretende produzir resultados concretos e um plano para garantir a nossa união e uma Europa independente. Está estruturado segundo as principais orientações políticas votadas pelo Parlamento Europeu em julho de 2024 e atualizadas em função das realidades atuais.

Prosperidade e competitividade sustentáveis

A Europa sempre foi um continente de indústria, empresas e inovação, reinventando-se entre revoluções industriais e tecnológicas, concorrência mundial e sociedades em evolução. Essa força deve-a, em grande parte, à nossa economia social de mercado única, que confere à Europa inúmeras vantagens face aos seus concorrentes. Subsistem, contudo, demasiados entraves estruturais à nossa competitividade, que importa eliminar urgentemente no próximo ano, acelerando assim a plena aplicação do relatório Draghi. Nesse espírito, pretendemos apresentar novas propostas para **apoiar os nossos setores industriais**, com base nos esforços envidados no âmbito dos diálogos estratégicos mantidos com a indústria no primeiro ano deste mandato. Vamos continuar a apoiar o **setor automóvel** nos desafios que enfrenta. Vamos também apresentar propostas para promover **automóveis mais pequenos a preços acessíveis** e prestar maior apoio ao **fabrico de baterias**. Iremos desenvolver, além disso, a **locação financeira social de automóveis**, a fim de tornar os veículos sem emissões mais acessíveis a todas as pessoas.

Procuraremos **explorar todo o potencial do mercado único até 2028**, a fim de eliminar os obstáculos existentes nos domínios do capital, da energia, dos serviços e das telecomunicações, estabelecendo uma «**quinta liberdade**» para o conhecimento e a inovação através do Espaço Europeu da Investigação. Facilitaremos a atividade empresarial e o acesso ao financiamento na Europa a todas as empresas, nomeadamente as empresas inovadoras, as empresas em fase de arranque e as PME. Instituiremos um **ato legislativo sobre a inovação europeia** e criaremos o **28.º regime** em prol de todas as empresas que operam no mercado único, apresentando ainda as propostas remanescentes para concluir a **União da Poupança e dos Investimentos**. Tal inclui o **reforço dos direitos dos acionistas** e uma análise exaustiva da competitividade do setor bancário. Reforçaremos a soberania digital através do **ato legislativo sobre o desenvolvimento da nuvem e da IA** e do **ato legislativo sobre as tecnologias quânticas**. Tencionamos igualmente apoiar a liderança tecnológica da nossa indústria e a autonomia estratégica europeia graças ao **ato legislativo sobre materiais avançados**.

Concluiremos a **revisão das nossas orientações para a avaliação das concentrações**, a fim de dar às empresas orientações claras, atualizadas e positivas sobre os casos em que se antevê que as operações impulsionem a inovação, a resiliência e o investimento, permanecendo fiéis

¹ A posição das iniciativas nos anexos do presente programa não altera as responsabilidades definidas nas cartas de missão enviadas a todos os membros do Colégio pela presidente Ursula von der Leyen.

aos objetivos fundamentais das nossas regras em matéria de concentrações, de modo a proteger os mercados e os consumidores europeus.

A fim de assegurar que a indústria europeia, nomeadamente os setores das tecnologias limpas, digital, automóvel, espacial e da defesa, dispõem de um abastecimento suficiente e atempado de matérias-primas críticas, vamos propor a criação de um **Centro de Matérias-Primas Críticas** para monitorizar, adquirir e armazenar conjuntamente estes minerais tão importantes para a nossa soberania industrial.

A redução dos preços da energia para os agregados familiares e as empresas continuará a ser uma prioridade fundamental para reforçar a nossa competitividade e independência, reduzindo assim as nossas dependências. Queremos assegurar uma genuína **União da Energia**, melhorando a sua governação, modernizando as redes, eliminando entraves, reduzindo a carga burocrática dos projetos energéticos transnacionais e promovendo a eletrificação e a resiliência do sistema elétrico. Tal inserir-se-á no âmbito dos esforços envidados para manter a Europa no bom caminho quanto aos objetivos em matéria de clima e quanto à criação de um **enquadramento facilitador** para a próxima década, que garanta a competitividade e sustentabilidade europeias. Nesse espírito, procuraremos assegurar a criação de infraestruturas de carregamento elétrico e de abastecimento de combustíveis alternativos sustentáveis para os navios e as aeronaves. Apresentaremos ainda uma estratégia para criar as primeiras centrais elétricas de fusão na Europa, que contribuirão para a nossa independência energética.

O futuro das tecnologias limpas deverá ser definido na Europa. É por esse motivo que temos de acelerar os esforços para criar os **mercados-piloto europeus**. Trata-se de uma área em que é urgente intensificar já as nossas dinâmicas, nomeadamente nos mercados-piloto privados para os materiais limpos e os produtos sustentáveis. Vamos apresentar um **ato legislativo sobre a economia circular**, a fim de promover a oferta e a procura de produtos circulares e reduzir as dependências de recursos críticos, continuando a acelerar a implementação e o investimento no quadro do **Pacto da Indústria Limpa**. Vamos também apresentar propostas quanto à **adjudicação de contratos públicos** a fim de apoiar esses esforços e promover a realização de investimentos na Europa, assim como os objetivos mais vastos neste domínio. Analisaremos igualmente formas de apoiar os setores da aviação e da aeronáutica, de modo a manter a sua competitividade e liderança mundial enquanto se preparam para as transformações futuras.

Vamos também prosseguir o diálogo com as partes interessadas do setor do turismo e definir uma **estratégia para o turismo sustentável**, que equilibre os impactos económicos, sociais e ambientais e reforce a competitividade e a resiliência do setor.

Uma nova era para a defesa e a segurança europeias

Num contexto de ameaças crescentes e em rápida evolução, **a defesa da Europa deve ser assegurada pela própria Europa**. É por essa razão que a segurança permeará todo o trabalho da Comissão no próximo ano.

Com base no quadro Prontidão 2030, reforçaremos a indústria de defesa da UE e a nossa capacidade de responder a ameaças. O instrumento SAFE apoiará a contratação pública conjunta, impulsionará a produção e ajudará a colmatar as lacunas existentes em termos de capacidades, nomeadamente envolvendo o setor da defesa da Ucrânia e integrando-o no Programa da Indústria de Defesa Europeia. Será complementado pela **simplificação das regras aplicáveis aos contratos públicos no setor da defesa e aos contratos sensíveis em matéria de segurança**, de modo a facilitar a cooperação e a inovação e a continuar a apoiar a base industrial europeia crítica no setor da defesa. Com base no Roteiro sobre a Prontidão no domínio da Defesa, desenvolveremos iniciativas emblemáticas europeias em matéria de prontidão, começando pela **Iniciativa Defesa Europeia Antidrones**, que é fundamental para a **Vigilância do Flanco Oriental**, enquanto o **programa Vantagem Militar Qualitativa** assegurará que a Ucrânia tem acesso imediato a um fluxo constante de equipamento militar de ponta.

A alteração global e flexível da gestão da migração e da segurança das fronteiras externas permitir-nos-á enfrentar os desafios em permanente evolução gerados pela migração irregular. No próximo ano vamos concentrar-nos em pôr em prática o **Pacto em matéria de Migração e Asilo**. O Pacto dotará a UE de um sistema para prevenir os abusos e reduzir a pressão sobre os sistemas nacionais, estabelecendo o equilíbrio entre uma ampla responsabilidade e uma forte solidariedade e assegurando uma abordagem justa e firme.

A introdução clandestina de migrantes é um negócio cruel e criminoso. Vamos propor **sanções aplicáveis aos passadores e traficantes**, a fim de congelar os seus bens, restringir a sua liberdade de circulação e reduzir os seus lucros. Com um mandato claro e um corpo permanente reforçado, a **Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex)** poderá alargar a sua presença e reforçar o apoio operacional. A Frontex deverá desempenhar um papel mais importante no apoio aos Estados-Membros em matéria de regresso. A **digitalização dos processos de regresso** permitirá modernizar o sistema europeu comum de regresso.

Um novo **Sistema Europeu de Comunicações Críticas** ligará as polícias, os bombeiros e os serviços de emergência dos diferentes Estados-Membros, reforçando a coordenação em situações de crise. Vamos propor igualmente um reforço da **Europol**. Queremos, ainda, reforçar o quadro jurídico de luta contra a criminalidade organizada e tomar medidas para **proteger melhor as crianças da criminalidade**, tanto na Internet como por outros meios. Apresentaremos também novas medidas para **combater o tráfico de seres humanos**.

A **atração e a retenção de talentos internacionais** contribuirá para o crescimento económico e a competitividade da UE, reforçará as nossas empresas em fase de arranque e permitirá suprir a escassez de mão de obra. Seja através de iniciativas recentes, como a iniciativa «Escolher a Europa» e a Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão, ou de ações futuras, como a Estratégia sobre a Política de Vistos, tornaremos a Europa mais atrativa para profissionais talentosos e empresários inovadores, reduzindo simultaneamente os obstáculos administrativos.

Apoiar as pessoas e reforçar o modelo social europeu

A competitividade e a segurança da Europa dizem respeito primordialmente às pessoas e aos respetivos empregos, famílias e meios de subsistência. O nosso modelo de mercado social único, que se caracteriza por elevados padrões laborais e uma forte proteção social e qualidade de vida, permanece uma pedra angular do projeto europeu. No entanto, confronta-se cada vez mais com transformações demográficas, tecnológicas e económicas. Para preservar a coesão social e a equidade intergeracional, a UE terá de inovar e de aplicar políticas que reforcem a proteção social, promovendo simultaneamente o crescimento sustentável e impulsionando a competitividade.

Se queremos ter uma economia competitiva será fundamental reforçar as qualificações dos nossos trabalhadores. É por esse motivo que vamos propor um **ato legislativo sobre empregos de qualidade**, a fim de assegurar que as mudanças ocorridas na economia moderna são acompanhadas pela criação de emprego igualmente moderno. O **pacote de medidas relativas à mobilidade laboral justa**, incluindo a iniciativa sobre as competências e a mobilidade, promoverá a transferibilidade das qualificações e garantirá que os trabalhadores podem aproveitar novas oportunidades onde quer que se encontrem na UE. O **pacote «Educação»** visa dotar as gerações futuras das competências e conhecimentos necessários para prosperar numa sociedade moderna e competitiva.

É imperativo que a Europa se empenhe igualmente em resolver os problemas que as famílias europeias enfrentam todos os dias. Nesse espírito, apresentaremos uma série de medidas para fazer face à crise da acessibilidade dos preços e do custo de vida que afeta os cidadãos europeus, nomeadamente uma **nova iniciativa para resolver os problemas decorrentes do arrendamento de curta duração**, ao passo que o **Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis** promoverá o apoio público e incentivará o investimento privado para impulsionar a habitação sustentável e a preços acessíveis. Vamos atualizar os auxílios estatais para que os Estados-Membros da UE possam apoiar a habitação a preços acessíveis de forma mais rápida e simples, ao passo que a **primeira estratégia de sempre da UE de luta contra a pobreza** abordará as causas estruturais da exclusão e reforçará os serviços de apoio. Essa estratégia será apoiada pelo reforço da **Garantia Europeia para a Infância**, que incluirá investimentos e reformas para combater a pobreza infantil.

Temos de garantir igualmente que nenhuma região ou comunidade é deixada para trás. Através da política de coesão da UE, que é crucial para a competitividade, o crescimento e a resiliência das nossas regiões, apresentaremos várias estratégias territoriais, com destaque para as **regiões ultraperiféricas** e as **regiões fronteiriças orientais**, assim como uma **comunicação sobre as comunidades insulares e costeiras**.

Devemos também garantir que os jovens têm oportunidades de prosperar e estão capacitados para desempenhar plenamente o seu papel na nossa democracia. É por esta razão que os diferentes comissários irão prosseguir os diálogos sobre políticas com os jovens e a primeira reunião do Conselho Consultivo da Presidente sobre a Juventude assegurará que a voz dos

jovens será ouvida. Por outro lado, a **Estratégia da UE para a Equidade Intergeracional** apoiará a solidariedade entre gerações.

Manter a qualidade de vida: segurança alimentar, água e natureza

O abastecimento alimentar seguro, associado a ecossistemas saudáveis, é essencial para o bem-estar da Europa. Com base nos resultados do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE e da Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, incluindo a vertente de trabalho sobre a equivalência, introduziremos medidas para reforçar a competitividade dos agricultores e da cadeia agroalimentar, apoiar as comunidades rurais e simplificar as regras aplicáveis à agricultura.

A fim de reforçar a posição dos agricultores e assegurar o abastecimento de alimentos europeus de qualidade aos consumidores de toda a UE, lançaremos uma nova **campanha «compre alimentos europeus»**. **Atualizaremos também as regras em matéria de práticas comerciais desleais na cadeia alimentar**, aumentaremos a transparência, apoiaremos a cooperação e o reforço das capacidades e garantiremos a segurança jurídica. Será consagrado o princípio de os agricultores não se verem obrigados a vender sistematicamente os seus produtos abaixo do respetivo custo de produção. Além disso, a Comissão intensificou a diplomacia económica agroalimentar, os diálogos e acordos de parceria, procurando assegurar uma maior harmonização das normas de produção a nível multilateral.

A **estratégia para o setor pecuário** promoverá a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade deste setor e da cadeia agroalimentar da UE, enquanto a **Visão 2040 para as pescas e a aquicultura** impulsionará a competitividade e a sustentabilidade destes setores e o **ato legislativo relativo aos oceanos** orientará a governação europeia neste domínio.

Faremos progredir a aplicação da Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica através do **Plano de Ação Digital** e da **Plataforma para a Resiliência Hídrica**, mobilizando todos os intervenientes, impulsionando a eficiência hídrica e reforçando a competitividade do setor.

Asseguraremos que a preparação para os impactos climáticos se torna uma característica permanente da política da UE, nomeadamente através de uma melhor **gestão dos incêndios florestais**, protegendo simultaneamente os principais ecossistemas e investindo no capital natural.

Defender a democracia e o Estado de direito, protegendo os nossos valores

As liberdades de que desfrutamos assentam nos nossos valores comuns, na democracia, no Estado de direito e nos direitos fundamentais. O aumento do extremismo, da desinformação, dos ciberataques e da ingerência estrangeira minam a confiança nas instituições democráticas e nos processos eleitorais.

Necessitamos de dispor de um ciclo anual integrado sobre o Estado de direito, dotado de um ritmo comum e de marcos claros, que permita a todas as instituições darem o seu contributo. **Respeitar o Estado de direito é uma condição imprescindível para beneficiar de fundos:** com o próximo orçamento de longo prazo, propusemos salvaguardas sólidas quanto ao

Estado de direito, assim como incentivos positivos às reformas, em consonância com as recomendações formuladas nos relatórios anuais sobre o Estado de direito.

A comunicação social tradicional têm sentido dificuldades em várias comunidades na Europa, o que representa uma séria ameaça para a nossa democracia, uma vez que, quando a comunicação social independente é desmantelada ou neutralizada, a desinformação prospera. A existência de cidadãos informados, que confiam naquilo que leem ou ouvem, é fundamental para responsabilizar o poder, combater a corrupção e preservar a democracia. É por esta razão que tencionamos intensificar os esforços para **apoiar e proteger uma comunicação social e uma imprensa independentes**. Vamos lançar um **Programa para a Resiliência dos Média** a fim de apoiar o jornalismo independente e a literacia mediática. Propusemos igualmente um aumento significativo do financiamento dos meios de comunicação social no âmbito do próximo orçamento.

Por outro lado, importa garantir que o ambiente na Internet é seguro, justo e capacitante, de modo a que as pessoas tirem o máximo partido da tecnologia. Simultaneamente, há que fazer tudo o que está ao nosso alcance para proteger as pessoas quando navegam na Internet, em especial os mais jovens. Com base nas recomendações formuladas pelo **painel de peritos**, analisaremos atentamente as questões que dizem respeito aos jovens, em especial as **crianças** e as redes sociais. Na sequência da adoção de uma abordagem abrangente para a **saúde mental**, vamos analisar os impactos mais vastos das redes sociais e do excesso de tempo face aos ecrãs na saúde mental e no bem-estar dos nossos cidadãos. O **ato legislativo relativo à equidade digital** combaterá as práticas desleais e enganosas dos consumidores, enquanto o **Plano de Ação contra a Ciberintimidação** ajudará a criar um ambiente mais seguro na Internet para os jovens.

As democracias prosperam quando são apoiadas por sistemas judiciais e forças policiais independentes e eficazes, devendo ser protegidas da corrupção, da desinformação e da manipulação. Neste contexto, iremos apresentar uma nova **estratégia da UE de combate à corrupção**. Em paralelo, a revisão aprofundada da **arquitetura antifraude da UE** permitirá reforçar a supervisão e a responsabilização.

A nova **Estratégia para a Igualdade de Género** e a atualização da **Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** reforçarão a igualdade, a inclusão e a participação em todas as áreas da sociedade.

Uma Europa global

Num mundo tão instável, a Europa deve projetar estabilidade, justiça e força, assim como um forte empenho na defesa da ordem internacional assente em regras. Procuraremos traduzir o novo **quadro comercial UE-EUA** em oportunidades concretas para as nossas empresas, assegurando o acesso contínuo das exportações da UE ao mercado norte-americano, preservando as cadeias de valor integradas e salvaguardando simultaneamente os postos de trabalho e as normas regulamentares. O referido quadro comercial proporciona igualmente condições para aprofundar a cooperação, nomeadamente a redução dos direitos aduaneiros sobre um maior número de produtos, a eliminação de obstáculos não pautais e o reforço da

nossa colaboração quanto à segurança económica. Ao mesmo tempo, continuaremos a **apoiar as nossas parcerias estratégicas** e a afirmar o nosso posicionamento a nível mundial. Na sequência da conclusão da nova vaga de acordos de comércio livre com o Mercosul, o México, a Suíça e a Indonésia, continuaremos a expandir a rede de acordos através das negociações com a Índia, a Malásia, a Tailândia, os Emirados Árabes Unidos e as Filipinas. Construiremos igualmente parcerias mais fortes em matéria de comércio, transportes, energia e setor digital, graças à agenda de conectividade transregional, nomeadamente entre a Europa e a Ásia Central através do Mar Negro e do Cáucaso meridional.

A UE continuará a apoiar firmemente a **Ucrânia**, prestando apoio permanente às suas necessidades financeiras e militares mais urgentes e aos esforços de reconstrução nacional, sem deixar de manter ou mesmo agravar as sanções destinadas a enfraquecer a máquina de guerra da Rússia. Ao mesmo tempo, ajudará a Ucrânia e a Moldávia a realizarem progressos no sentido da integração europeia, garantindo que os mesmos são indissociáveis da boa governação e do Estado de direito.

No próximo ano, iremos pôr em prática o **Pacto para o Mediterrâneo**, a fim de criar parcerias abrangentes centradas no investimento sustentável, na estabilidade económica, no emprego, nas energias limpas, nos transportes, na segurança, na migração e noutros domínios de interesse comum. Redobraremos igualmente os esforços para promover o papel da UE na Vizinhança Meridional, divulgando a importância da UE junto das comunidades locais e combatendo as narrativas anti-UE.

No Médio Oriente, a UE continuará a apoiar e a contribuir ativamente para a consolidação de uma estabilidade duradoura na região. Apresentaremos uma **estratégia para o Médio Oriente**, privilegiando o apoio a uma democracia inclusiva e consolidada na Síria e no Líbano. Reconhecendo que a prioridade imediata em Gaza é garantir que a população recebe a ajuda humanitária de que carece, a UE contribuirá igualmente com apoio à governação e à reforma da Autoridade Palestiniana, bem como financiando a reconstrução, nomeadamente através da convocação do Grupo de Doadores à Palestina e do reforço da sua presença nas missões da política comum de segurança e defesa da UE.

A Europa liderará igualmente a reforma do **sistema mundial de ajuda humanitária**, assegurando uma ação coletiva mais rápida e eficaz em tempos de crise. A UE continuará a ser uma paladina e forte defensora do direito internacional humanitário e da ajuda humanitária assente em princípios.

A fim de garantir que a UE dispõe dos instrumentos e mecanismos necessários para responder rapidamente a eventuais ameaças para a saúde, será adotada a **Iniciativa para a Resiliência Mundial da Saúde**.

Preparar a União do futuro

Para concretizar estas ambições, a UE deve dotar-se de um orçamento moderno, flexível e que disponha do financiamento adequado. O **quadro financeiro plurianual** proposto, no

valor de 2 biliões de EUR para o período 2028-2034, apoiará a competitividade, a descarbonização, a segurança, a coesão e o papel internacional da Europa no mundo.

Os novos planos de parceria nacionais e regionais reforçarão as sinergias entre as atuais políticas de apoio às prioridades europeias, reforçando a coesão económica, social e territorial. O Fundo Europeu de Competitividade impulsionará a inovação industrial e reforçará as cadeias de abastecimento. O instrumento Europa Global reforçará a posição da UE enquanto parceiro fiável, promovendo simultaneamente os interesses estratégicos da UE em todo o mundo.

Continuaremos a avançar com o alargamento, facilitando a integração progressiva dos parceiros do alargamento nas diferentes áreas de intervenção. Serão brevemente apresentadas as **revisões das políticas antes do alargamento** que delinearão o caminho para o futuro da União, assegurando a prontidão em domínios como o Estado de direito, a energia, a segurança alimentar, a defesa e a migração.

3. Regras mais simples, melhores resultados

A simplificação da regulamentação e uma aplicação mais harmoniosa das normas da UE são fundamentais para a Europa se tornar mais competitiva e atrativa.

O programa de trabalho para 2026 reforçará essa dinâmica de simplificação. A Comissão já apresentou propostas de simplificação *omnibus* e outras propostas destinadas a proporcionar mais de 8,6 mil milhões de EUR de poupanças anuais às empresas europeias. Mais de metade das iniciativas legislativas do programa de trabalho procuram tornar a legislação da UE mais simples, clara e fácil de aplicar.

Prosseguiremos os esforços para reduzir os encargos administrativos em 25 % no total e em 35 % para as PME, sem prejudicar o grau de exigência das normas em vigor. Uma nova série de iniciativas de simplificação e pacotes *omnibus* simplificará a vida das pessoas e as normas em vigor em setores cruciais como o **setor automóvel, o ambiente, a fiscalidade, a segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, os dispositivos médicos** e a **simplificação da legislação sobre produtos energéticos**. Vamos também simplificar os processos de comunicação de informações, acelerar os licenciamentos e harmonizar a legislação em função da evolução das condições de mercado. Além disso, continuaremos a utilizar os nossos novos instrumentos de consulta (os diálogos sobre a execução e as verificações da situação real), a fim de identificar outras oportunidades de simplificação.

A simplificação da regulamentação contribuirá para desbloquear a inovação, o investimento e a criação de emprego. Queremos modernizar a **legislação no domínio digital e a proteção de dados**, simplificar os contratos públicos, atualizar as regras da concorrência leal na comunicação social e analisar as regras aplicáveis aos mercados da comunicação social audiovisual.

A Comissão continuará a apresentar iniciativas **com base em dados concretos**. Só propondrá quaisquer atos legislativos se os mesmos forem absolutamente necessários e proporcionarem

o máximo benefício possível. Sempre que o fizer terá devidamente em conta os princípios de legislar melhor. No entanto, como sucede com as normas, o **quadro para legislar melhor** deve ser igualmente simplificado, a fim de possibilitar uma Europa mais simples e mais rápida. A Comissão assegurará, por conseguinte, uma aplicação mais rigorosa e estruturada do princípio da proporcionalidade no âmbito da iniciativa «Legislar melhor» e apresentará uma comunicação nesse sentido durante o primeiro semestre de 2026. A Comissão está igualmente a analisar a legislação e as normas de execução da UE para verificar se são mesmo necessárias para alcançar os objetivos estratégicos e não implicam encargos acumulados e indevidos.

A aplicação rigorosa da regulamentação é tão importante como a sua qualidade. Os comissários informam anualmente o Parlamento e o Conselho sobre os progressos realizados neste domínio. Além disso, a Comissão apresenta, juntamente com o presente programa de trabalho, o **primeiro relatório anual de síntese sobre a simplificação, a aplicação e a execução**. A adoção rápida e determinada de medidas coercivas garante que a legislação da UE terá benefícios idênticos em todos os Estados-Membros.

A Comissão considera extremamente importante que as instituições da UE envidem todos os esforços para concretizar as principais prioridades da União. Analisou, atenta e individualmente, todas as propostas que aguardam adoção pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Em consonância com o Acordo Interinstitucional «Legislar melhor» e tendo em conta a posição dos legisladores, a Comissão tenciona **retirar** as propostas cuja adoção deixe de ser do interesse geral, atendendo à respetiva data de adoção, falta de progressos no processo legislativo, eventuais encargos ou desalinhamento com as prioridades da União.

4. Unidos na ambição e na urgência

Este é um momento crucial para a Europa.

Numa altura de incerteza, em que política tende a assentar no uso da força, a complacência está fora de questão. Temos de agir com unidade, coragem e convicção para reforçar a nossa competitividade, liderar a inovação limpa e digital e garantir a nossa segurança coletiva. Políticas ambiciosas requerem recursos e vontade política igualmente ambiciosos. A Comissão insta o Parlamento Europeu e o Conselho a chegarem rapidamente a acordo sobre o novo quadro financeiro plurianual e a fazerem avançar as prioridades legislativas mais importantes.

A Europa demonstrou, uma vez mais, que sabe adaptar-se, agir rapidamente e manter-se unida. Ao aprofundar a cooperação a todos os níveis — desde as instituições da UE às comunidades locais — podemos garantir que a União continua a ser forte e soberana, e está preparada para enfrentar o futuro. Preparar a União Europeia para o futuro é uma responsabilidade conjunta de todas as instituições. É por isso que a atual Comissão continua fortemente empenhada em apoiar o direito de iniciativa do Parlamento.

Juntos, vamos construir uma Europa segura, próspera e independente. Uma Europa que sirva os seus cidadãos e desempenhe, com toda a confiança, um papel determinante a nível mundial.